

O ensino da Arquitetura e do Urbanismo na FAU-UnB: uma (contínua) construção pela diversidade de olhares

Rodrigo Santos de Faria
Professor Adjunto do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília

O “Seminário Pacto Coletivo: O Ensino da Arquitetura e Urbanismo na UnB” ocorrido entre os dias 12 e 14 de abril de 2010 certamente representará uma inflexão importante na orientação acadêmica, pedagógica e política da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Está inflexão foi orientada por vários aspectos, mas fundamentalmente, e daí sua singular importância - na atual conjuntura política e acadêmica – pela presença aberta, indiscriminada e democrática da diferença no entendimento sobre o ensino, a pesquisa, a extensão no âmbito da FAU. Olhares provenientes dos mais diversos campos disciplinares, entre eles o da tecnologia, da história, do planejamento urbano, do projeto de arquitetura e urbanismo, da estética, do meio ambiente, enfim, de toda a complexidade que perfaz a formação do profissional Arquiteto e Urbanista estiveram presentes neste seminário, explicitando suas concepções e entendimentos sobre esta formação.

Corroboraram e contribuíram com este esforço coletivo de toda a comunidade acadêmica da FAU (ainda que seja necessário explicitar a inoportuna ausência dos alunos da Pós-Graduação, dos Servidores Técnicos-Administrativos e de parte importante dos docentes que atuam no Departamento de Projeto), dois grupos “externos” de pessoas. Os dois grupos serão aqui denominados, o primeiro, de “históricos”, o segundo, de “institucionais”. O grupo histórico caracterizado pela presença de dois atores fundamentais da formação da Faculdade: aquele que representou a (re)construção política da FAU em tempos de ditadura militar, conduzindo a reabertura da Faculdade no dia 04 de outubro de 1968, o arquiteto e professor da FAU-USP Miguel Pereira; e aquele cuja formação como arquiteto e urbanista estava inserida na construção de uma universidade, conforme suas próprias palavras, pautada no “papel de crítica da construção do mundo social”, numa relação mais profícua entre Arte e Arquitetura – particularmente pela Arquitetura Moderna Brasileira -; refiro-me ao arquiteto e professor da FAU-UFC Roberto Castelo.

Foi inclusive o próprio Castelo quem explicitou mais detidamente na conferência que proferiu no Seminário, como sua formação e, portanto, de toda uma geração de profissionais egressos da UnB, esteve fortemente “amarrada” com a concepção arquitetônica-pedagógica (conduzida pela tríade Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira) desta Instituição Pública de Ensino Superior cuja lógica espacial estava¹ praticamente toda ela vinculada ao

¹ Estava, no passado, pois mais recentemente a UnB experimenta um processo de fragmentação institucional-espacial, pela contínua saída de Departamentos e Faculdades do ICC. No entanto, não é objetivo deste artigo debater e apresentar (se possível) qualquer

projeto do/no ICC² (o Instituto Central de Ciências) - a estruturação física-espacial aglutinadora dessa que foi considerada uma universidade revolucionária em seu “contraponto ao modelo institucional existente” no Brasil.

O outro grupo, denominado “institucionais”, foi representado por docentes da UnB que atualmente desenvolvem atividades na Reitoria da Universidade, particularmente no Decanato de Ensino de Graduação (DEG) e no (Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação). Ambas, Professora Cristina (DEG) e Professora Georgete (DPP) explicitaram a importância da realização de Seminários Políticos e Pedagógicos como o que estava em andamento na FAU, sobretudo pela importância do pensar no processo de formação como processo político de construção do ensino na UnB. Nesse sentido, e particularmente como enunciado pela representante do DEG, importante por propiciar à FAU definir um posicionamento diante da orientação governamental em relação à avaliação do ensino superior no Brasil pelo SINAES (Sistema de Avaliação do Ensino Superior), e pela própria “caracterização” da atuação profissional dentro do sistema universitário federal atual no Brasil, muito pautada pela valorização do ensino/gestão associada à valorização da pesquisa no que concerne à produção (produtividade) da pesquisa.

Partindo agora para uma análise específica e explícita sobre o “Seminário Pacto Coletivo: O Ensino da Arquitetura e Urbanismo na UnB”, considero importante apresentar a estrutura que elaborei para “mapear” (na verdade a estrutura foi organizada no transcorrer do próprio Seminário) a complexa enormidade de informações, debates, considerações, proposições, divergências que perfizeram os três dias de realização do Seminário. Neste “mapeamento” não faltará um posicionamento, como agente político e acadêmico da FAU, diante dos vigorosos debates que caracterizaram o evento; porém, destituído de qualquer pretensão totalizadora do conjunto das informações e considerações apresentadas por professores e alunos, assim como, uma interpretação destituída de qualquer dimensão positivista sobre um (possível) percurso verdadeiro e acabado para os encaminhamentos do Projeto Político-Pedagógico da FAU, a ser (continuadamente) construído a partir destas mesmas informações e considerações.

consideração crítica a esse movimento de “saída” do ICC, cuja justificação passa (também) pela ampliação física, de pessoal (servidores: docentes e técnicos-administrativos), de novos cursos, de cursos noturnos; movimento que tem no programa REUNI parte importante dos recursos financeiros para esse (importante) crescimento da Universidade de Brasília – inclusive com novos campi em construção fora da área central de Brasília (aqui considerada a área do Plano Piloto)

² É certo e do conhecimento de todos que o processo inicial de formação, no caso, dos Arquitetos e Urbanistas da UnB, num primeiro momento, não esteve vinculado ao ICC – à época em construção (1965), como toda a estrutura edificada da UnB -, mas ocorria onde atualmente funciona o CEPLAN, cuja denominação institucional era ICA-FAU. A “mudança” (ou seria ocupação?) da FAU para o ICC ocorreu em 1972, e desde então mantém a opção por permanecer no mesmo lugar – talvez uma (importante) defesa da proposta original da UnB que tinha o Instituto Central de Ciências como eixo da formação. Essa permanência e as necessárias (re)organizações do “espaço interno” da FAU foram objetos de projetos e debates polêmicos sobre como adaptar e readaptar o seu “lôcus”, por exemplo, à inserção dos sistemas informacionais de projeto, sobretudo aquele que passa pela presença do computador nos ateliês. Um último movimento foi a “ampliação” do espaço disponível mediante construção de dois mezzaninos, um na extremidade sul, outra na extremidade norte da FAU, como parte de um projeto maior de reforma que será iniciado ainda em 2010.

São, e é importante explicitar isso, leituras-interpretações resultantes de anotações de cada palestra, cada debate, cada enunciação (claro que nem todos os debates foram integralmente registrados, mas estou certo que no conjunto, as principais e mais importantes questões serão aqui enunciadas), em tudo o que tal ação está delineada por subjetivações desta interlocução, do olhar que perfaz meu entendimento sobre o que foi o Seminário, sobre o que foi nele discutido incessantemente nos três dias entre 12 e 14 de abril de 2010. Por outro lado, em hipótese alguma ocorreu qualquer tipo “censura”, “cerceamento” ou “apagamento” nas anotações, independentemente da (possível e necessário no campo das idéias) divergência que possa existir em relação aos pensamentos explicitados pelos colegas docentes da FAU, assim como, aos pensamentos enunciados pelos alunos presentes. Da mesma forma, não serão apagados ou censurados deste artigo, pois deles dependeu (e depende agora) a interpretação que fiz em minha conferência, que diferentemente da maioria dos expositores – que prepararam antecipadamente suas falas -, foi “construída” em função das anotações que realizei ao longo do seminário.

Foram três as partes que definiram a conferência no dia 14, mantidas também neste artigo, pela coesão que elas criaram entre si e para a melhor explicitação das idéias sobre todo o debate: uma primeira denominada “compreensão geral”, uma segunda denominada “pontos levantados” e, por fim, a última chamada “algumas proposições”. A primeira, “compreensão geral”, passa menos pelas discussões específicas sobre as várias temáticas criadas pela coordenação geral do Seminário, e mais por uma interpretação sobre a conjuntura sócio-política-acadêmica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Foi (e está) delineada pela minha própria experiência como docente da FAU-UnB desde outubro de 2008. Ainda sobre essa primeira parte, “compreensão geral”, é importante explicitar dois pontos fundamentais que nortearam sua elaboração, quais sejam, a Universidade de Brasília está mudando, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo também está em transição; aspecto que, se ampliada a escala do olhar, verificar-se-á que uma mudança da Universidade Pública Brasileira, sobretudo das Instituições Federais.

A segunda parte, “pontos levantados”, é justamente aquele em que, na medida do possível, apresentarei (até mesmo de forma esquemática) todos os pontos levantados, todos os argumentos apresentados, as considerações sobre determinado tema em pauta em uma das Sessões – obviamente em função do que foi possível catalogador. O principal objetivo é explicitar (pelos tópicos anotados) os vários olhares, sejam eles divergentes ou convergentes, sobre cada um dos “objetos” de reflexão propostos pela coordenação da FAU e apresentados nas sessões temáticas específicas: “A FAU de 1962 a 1990”, “A FAU de 1990 a 2010”, “Gestão Acadêmica”, “Espaço Físico” (sessões realizadas no dia 12 de abril), “Ideologia, Política e Pedagogia”, “Arquitetura e Arte”, “Arquitetura e Meio Ambiente”, “Multidisciplinaridade no

Ensino” (sessões realizadas no dia 13 de abril), “Doutorado e DE”, “A Pós e a Graduação”, “O Arquiteto da UnB”, “Diretrizes para o PPP-FAU” (sessões realizadas no dia 14 de abril).

É talvez a parte mais pragmática, entre as três que orientaram a minha conferência e a escrita aqui delineada, na sua forma de explicitação, pois marcadamente pautada pela simples (que na verdade não foi tão simples assim, por demandar atenção em cada uma das apresentações, num total de vinte e seis conferências efetivamente realizadas – já excluindo as ausências) enunciação dos pontos. Avança, talvez, na argumentação em relação a essa (simples) catalogação, um aspecto central e fundamental ao PPP-FAU, levantado e debatido em praticamente todas as sessões, sobre a imprescindível e urgente necessidade de reformulação do ensino de Projeto na FAU. Uma reformulação pautada em dois eixos básicos, mas estruturadores de uma reorientação do processo maior de ensino-formação: a) pensar a prática do projeto pautada necessariamente pela teoria projetual, em que a dimensão maior do gesto criador, passe a integrar os trabalhos enquanto processo de projeto³; b) romper com a fragmentação do ensino entre o projeto de arquitetura e o projeto de urbanismo, como inclusive está configurado atualmente no fluxograma disciplinar da FAU, para pensar um ensino necessariamente conjunto, em que o ambiente construído (como diria Milton Santos, o espaço utilizado) tenha um tratamento conjunto e multidisciplinar que compreende a existência de qualquer edificação como estruturante e estruturada pela sua inserção na cidade (e todas as relações possíveis daí existentes: infra-estrutura urbana, paisagismo, mobilidade, acessibilidade, legislação urbanística e sanitária, uso do solo urbano, circulação viária, passeios públicos, transporte, hierarquia viária, ambiental, etc.). Se não se pode deixar de pensar nessas relações, como compreender o ensino fragmentado entre Arquitetura e Urbanismo, até determinado momento o ensino do Projeto de Arquitetura, depois do Projeto de Urbanismo.⁴

Por fim, a terceira parte acima referenciada, denominada “algumas proposições” perfaz um conjunto de encaminhamentos que estou propondo, como parte do conjunto das proposições que serão formuladas e discutidas nas próximas etapas do PPP-FAU-UnB. São proposições resultantes da minha leitura e interpretação sobre o processo de construção do ensino na FAU, obviamente delineadas por um olhar que perfaz minha própria formação, que não pretende ser uma visão absoluta (seria demasiado simplista e simplificador se assim o fosse), tampouco fechada e verdadeira sobre as mudanças que a FAU-UnB certamente sofrerá neste momento (mais um entre outros momentos importantes) de inflexão da sua história política e acadêmica.

³ Importante referenciar uma observação geral de todos os que estiveram presentes nos três dias do Seminário: a ausência praticamente absoluta nos debates dos professores que atuam justamente na área de ensino do projeto.

⁴ Diferentemente em relação ao ensino do Planejamento Urbano e Regional, que por sua necessária relação com outros campos disciplinares, e por sua não vinculação ao projeto em si (que é atribuição do profissional Arquiteto e Urbanista), mas às políticas urbanas e regionais e suas complexas relações sociais, econômicas, políticas, legais, geográficas, entre outras, deve sim ser pensando em sua peculiaridade. Cabe aqui até o debate (antigo, aliás), sobre a necessidade, sobre a possibilidade, sobre a efetiva apropriação por parte dos alunos de graduação das questões peculiares do Planejamento Urbano e Regional. Nesse debate, a defesa já realizada por Maria Adélia de Souza, do ensino do Planejamento Urbano e Regional apenas em cursos de Pós-Graduação.

Também não se pretende nesta interpretação, desconsiderar ou negar a história da própria FAU, em todas as suas contradições, divergências, acertos e convergências.

O que se pretende, é colaborar no sentido historiográfico mais “foucaultiano” possível, portanto, empreendendo rupturas, novas origens construídas relacionalmente entre os atores do processo, pois a história é uma (contínua) construção em relação às “origens outras”, também construídas relacionalmente, cuja ordem de realidade, “o real”, como já afirmara Paul Veyne (o Historiador que afirmou que “Foucault revoluciona a história”⁵), *o real está rodeado numa zona indefinida de possíveis não realizados; a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento*.⁶ Tal entendimento encaminha o (um) posicionamento no complexo e denso “campo de batalha” das idéias sobre a própria compreensão da história, da história que “não se conta”, mas “se escreve”, pois uma construção, ainda que uma construção narrativa.

Neste complexo “campo de batalha” as críticas estão colocadas e em geral oriundas de um palácio constituído por três alas, que são a ala da continuidade, a da totalidade e da necessidade. De outra forma, tais críticas são construídas por historiadores que, segundo Francisco Falcon, partiram “em busca de “longos períodos”, das continuidades, das imobilidades, e, para isto, inventaram novos métodos e instrumentos” (FALCON, 1997, p.115). Para esse conjunto, ainda conforme Falcon, “Foucault pensa aqui na *nouvelle histoire* econômica e social - e quantitativa” (FALCON, loc.cit). Nesse sentido, seus sujeitos-usuários parecem não compreender que a *história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (não sabemos quanto nos resta de não-factual a historicizar) e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo* (VEYNE, 1998, p.210).

Tais críticas estão muitas vezes ancoradas em seus princípios de cientificidade e verdade, e dessa ambiência, que paradoxalmente é interna ao palácio da história, emitem suas críticas a partir daqueles três cômodos (alas); deve-se pensar também que uma conexão interna, um único corredor, estabelece a união entre eles, um corredor que permite *saber o que realmente ocorreu no passado* (RAGO, 2002, p.29); por esse corredor o *real* se evidencia. Nesse corredor os fatos estão em janelas-documentos, de onde se espia o passado, o *verdadeiro* passado. Mas o paradoxo é facilmente explicável, o que explica também a incompreensão do que se denomina método Foucault: eles estão aborrecidos por entender não terem mais nada para descobrir ou descrever (VEYNE, loc.cit.) da parte do palácio que se recusam a sair; esse palácio que conhecem tem uma finitude bem definida e foi erguido pela consciência⁷ e ocupado sempre com o mesmo real. Faltam-lhes, pois, aquele desejo do Homem das Multidões em seu descobrimento da Londres que “não tem fim”, coragem de percorrer outros corredores e entrar

⁵ É título de artigo que acompanha a tradução brasileira do livro “Como se escreve a história”. Esta publicação foi feita pela editora da UnB, sendo considerado um dos mais importantes livros sobre teoria da história-historiografia

⁶ VEYNE, 1989

⁷ Em oposição a essa consciência, temos que “ela não é constituinte, mas constituída” (VEYNE, 1998, p.275)

em outras alas - fundamentalmente, pois, aquela *continuidade* define o palácio mediante as mesmas objetivações; e se forem sempre as mesmas, precisam sair?

Em verdade, não entendem que é possível descobrir e descrever não especificamente sobre o palácio em si, mas sobre as indefiníveis ambiências, alas, corredores que conformam a história. Eles precisam sim sair, pois, as objetivações não são as mesmas. Sem falar, também, de outras categorias que compõem esse palácio, e aos olhares encerrados em seu conhecimento nunca se revelará, tais como, a fundação e as camadas de revestimentos que foram definidas por *práticas* precisas a determinados momentos. E a cada outra revelação dessas camadas de acontecimentos, que são os revestimentos, uma nova ordem pode ser construída; no acaso/ruptura que cada camada representa na pesquisa e no ensino - de um objeto instituído por uma determinada prática - que efetuamos sobre o passado, outra ruptura se instaura pelas práticas do nosso tempo; assim, outros tempos e outras práticas serão constituídos em um futuro, com ambos, novas rupturas. Novas rupturas estão em processo não somente na Universidade de Brasília e, particularmente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A universidade pública no Brasil, como anteriormente mencionado, está em transição, uma transição (ente outras em processo) geracional, o que implica uma necessária articulação entre basicamente duas gerações para instauração da referida ruptura e construção de outras práticas (que não necessariamente devem significar a negação das práticas anteriores) para no futuro produzirem outras rupturas: uma geração que atualmente ocupa os cargos diretivos das principais instâncias político-acadêmicas (CNPq, CAPES, Reitorias das Universidades, Pró-Reitorias de Pós-Graduação, Agências Estaduais de Fomento à Pesquisa, Associações de Pesquisa, etc.), que construiu, de certa forma, o ensino superior público brasileiro no contexto de lutas contra o regime militar instaurado em 1964; uma segunda geração⁸, que na atual conjuntura (histórica e louvável política governamental para a ampliação física e de pessoal no ensino superior federal brasileiro - ainda que sim questionável em suas especificidades -, depois de décadas de absoluto sucateamento das instalações e inexistente política de incorporação de novos docentes para suprir o déficit gerado por aposentadorias, exonerações, falecimento, intercâmbio⁹) está adentrando a universidade e que será a geração responsável por conduzir as

⁸ Entre estas duas gerações, que estou aqui denominando de “gerações das extremidades”, por estarem, respectivamente, em processo de aposentadoria (muitos compulsória) e início de suas carreiras acadêmicas, um contingente bem menor, inserida nas universidades nos raríssimos concursos que ocorreram ao longo de praticamente as décadas de 1980, 1990 (aqui praticamente inexistentes) e primeira metade da década de 2010. É uma geração menor quantitativamente e que atualmente está, em muitos casos, chegando ou passando pela metade temporal da carreira acadêmica.

⁹ A condução da atual política governamental é em absoluto o oposto daquela conduzida pela “geração intelectual” arregimentada pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que sabidamente orientou a “política governamental” (será possível chamar de política governamental?) para o ensino superior pelo incentivo irrestrito e quantitativo das instituições privadas, pouco interessadas na formação como processo de construção do conhecimento, pouco interessadas na criação de planos de carreiras para seus docentes, pouco interessadas ou incapacitadas estrutural e conjunturalmente para oferecer o ensino, que em sua dimensão mercantil visa apenas a (re)produção do capital, no caso, pela “mercadoria diploma”. A atual política governamental está viabilizando a transformação e a (necessária) transição dos quadros docentes e administrativos do ensino público no Brasil, pela enormidade de concursos abertos nas já existentes universidades federais, e nas universidades federais em criação. Está viabilizando, pela alocação de recursos financeiros, a reforma e ampliação das instalações físicas até então degradadas, muitas abandonadas e totalmente

próximas políticas de ensino superior no Brasil. Uma geração que foi, em sua absoluta maioria, formada nos cursos de pós-graduação que aquela primeira geração construiu com muito esforço depois de anos de formação no exterior (ao voltarem ao país para assumirem a condução do ensino superior), pela inexistência naquele momento, de grande parte dos programas de pós-graduação, e com a qualidade que temos hoje no Brasil.

Programas que, mesmo com as dificuldades orçamentárias para pesquisa em algumas áreas do conhecimento (preponderantemente as ciências humanas e sociais), e com baixíssimo valor remuneratório aos alunos pós-graduandos mediante bolsa de pesquisa em Mestrado e Doutorado (e exigindo do pós-graduando absoluta dedicação exclusiva, tendo que se submeter a viver com bolsas com valores ínfimos, sem a possibilidade de atuação profissional complementar na área de ensino ou qualquer outra atividade¹⁰) conseguiram se estruturar e perdurar, ampliando a oferta de cursos e, principalmente, a desconcentração espacial dos cursos, muitos, por muito tempo, centrados em São Paulo e Rio de Janeiro.

Destes Programas e das articulações interinstitucionais entre seus pares, surgiram entidades e eventos que explicitam a força da pós-graduação e da pesquisa no Brasil, entre eles (por serem os que em Arquitetura e Urbanismo tenho mais aproximação – tendo outros em outras áreas de interesse aos pesquisadores Arquitetos e Urbanistas), o Seminário de História da Cidade e do Urbanismo¹¹, os Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional e os Seminários DOCOMOMO, este atualmente institucionalizado em várias unidades estaduais da federação, além do encontro nacional. É neste amplo e importante contexto que estou analisando o papel futuro e história da FAU-UnB, a partir dos referenciais que o “Seminário Pacto Coletivo: O Ensino da Arquitetura e Urbanismo na UnB” ofereceu enquanto campo documental privilegiado de fatos e proposições.

Talvez muitos, neste momento, queiram questionar o movimento aqui adotado como estratégia narrativa e interpretativa, colocando a seguinte pergunta: por que este movimento amplo, ou melhor, qual a relação deste movimento analítico amplo, pelas considerações sobre uma dimensão nacional do ensino, com a FAU-UnB e o que propusera com o Seminário Pacto Coletivo? A resposta que vou apresentar (resultante de um olhar, onde poderiam surgir muitos outros) está nas considerações que farei a seguir em cada uma daquelas três partes: “compreensão geral”, “pontos levantados” e “algumas proposições”

sucateadas. Todavia, não é uma política que prescindia de crítica e melhorias, mas certamente um movimento histórico para a construção futura da universidade pública brasileira

¹⁰ Essa orientação está em mudança, atualmente sendo possível para o pós-graduando atuar no ensino, em atividades correlatas à sua área de pesquisa, colaborando também com a sua própria formação como docente-educador, devendo o pós-graduando cumprir um número máximo de horas-atividade, segundo normas das agências de fomento.

¹¹ Em 2010 completará 20 anos com a realização na UFES-Vitória o XI SHCU.

1. Compreensão Geral: a FAU-UnB em transição e em novas relações profissionais

Dois são os pontos centrais desta compreensão geral: a transição e as novas relações profissionais. No entanto, uma primeira problemática será aqui considerada, pois resultante dos próprios debates, como mencionei, base para grande parte da minha interpretação.¹² Esta problemática foi colocada pelo Prof. Dr. Matheus Gorovitz em sua conferência na sessão temática “Arquitetura e Arte”, ao enunciar certo pessimismo com a efetiva possibilidade de (re)construção acadêmica e política da FAU. Seu argumento passou pela explicitação da descrença com o Seminário, apontando também o que denominou de perigos da noção de pacto coletivo, sobretudo ao abordar como essa noção é determinante no estabelecimento de normas de comportamento.

Ao afirmar não pactuar o pacto ali em construção por todos os presentes, reforçou sua preocupação com certa construção da identidade coletiva como estrutura que eliminará as identidades individuais. Ao expor seu ponto de vista, enuncia-o em função de sua experiência profissional como professor, pelas dificuldades no exercício de tal atividade por não existir reciprocidade na exploração da atividade Arquitetônica e Urbanística. Acredita e expõe em sua fala que Arquitetura, o ensino desta, é momento que promove o pensar articulado à necessidade de manter a diversidade, em seus vários aspectos e olhares. Conclui que a obra de arte é única que contém qualquer dimensão de esperança.

Ao considerar neste texto esse argumento marcadamente pessimista em relação à possibilidade (não considero possibilidade, mas uma necessidade; considero a necessidade daquela mencionada ruptura) de mudança, e apresentar uma posição que coaduna com a colocação em relação aos perigos de certa unidade identitária¹³ como instrumento de condução orientada de comportamentos que serão aceitos no interior desta unidade, não significa que eu não acredite na mudança pelo pacto da diferença. É preciso construir um pacto da diferença, certamente muito mais difícil que os pactos da unidade, tão comuns e impostos em sistemas opressivos e centralizados (e está correto o Prof. Dr. Matheus em seu argumento sobre os perigos dos pactos identitários). O pacto da diferença pela condução relacional da diversidade é um caminho que abre espaço para o respeito às idéias, respeito às diferenças sobre o que pensar e como pensar, mantendo intacta a lógica fundamental do “conflito” que a diferença das idéias pressupõe e arregimenta para outras e novas idéias, ou seja, uma construção dialética, não anacrônica que deve ser preservada. Essa lógica é diametralmente oposta àquela que certamente

¹² Os nomes dos participantes serão mencionados sempre que alguma consideração passar pela interlocução ocorrida no debate. Elas (as considerações) foram registradas em todas as conferências, não tendo nenhum outro objetivo, senão o que referenciar posicionamentos, portanto, destituídas de qualquer oposição pessoal, mas certamente válidas para aquele campo das idéias. Peço desculpas e licença aos que forem aqui anunciados.

¹³ como bem observei ao referenciar esse argumento quando fiz uma consideração mencionando a autora da epígrafe apresentada pelo Professor Matheus, a cientista social Hannah Arendt.

perfaz os argumentos ideológicos e estéticos dos pactos identitários da unidade preconizado na história da humanidade – e o século XX está repleto de perversidades unificadoras, seja ele pelo lado racial, como o obscurantismo Nazista, seja ele pelo lado econômico, pelo obscurantismo Liberal Capitalista.¹⁴

Desta brevíssima interlocução com as idéias apresentadas pelo Prof. Dr. Matheus Gorovitz, e partindo justamente daquilo que considere uma necessidade, retomo os pontos centrais desta *compreensão geral*: a transição e as novas relações profissionais. E retomo neste ponto porque ambas passam pela construção do pacto da diferença que estou propugnando. O primeiro dos pontos é certamente o “nó” do que eu já denominei de mudança na FAU-UnB mais especificamente, e no Brasil mais genericamente. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo está passando por uma grande ampliação do seu quadro docente, o que necessariamente implica uma mudança no que é a própria FAU, pelas diferentes formações e formas estruturais de pensamento de cada novo professor. Este processo passa pela transição que anteriormente mencionei sobre as gerações acadêmicas e seus papéis na contínua e qualitativa construção do ensino superior no Brasil.

Dos concursos realizados desde 2008 e até o presente momento, incluindo os que já estão em realização, somamos um total de 8 docentes efetivos doutores contratados - dos oito, 6 já foram contratados -, sendo que destes 6, quatro estão lotados no Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (DTHAU), dois estão lotados no Departamento de Tecnologia. Está em fase final um concurso para o Departamento de Projeto, na área de Projeto de Arquitetura, e outro ainda por ser realizado o processo seletivo, na área de Projeto de Urbanismo, totalizando, os dois concursos, em mais duas vagas, agora para o Departamento de Projeto. Esta ampliação não para neste conjunto de concursos, mas será substancialmente aumentada com as vagas procedentes do Programa REUNI, num total de mais 16 (dezesesseis), das quais 3 serão para o DTHAU divididas em duas vagas para docentes na área de Teoria e História e uma vaga para Estética, 4 para o Departamento de Tecnologia e 9 para o Departamento de Projeto.

A ampliação que o programa REUNI representará não é, no entanto, uma questão simplesmente quantitativa, mas passa pela mudança que frisei sobre o que é mudança na forma de pensar e atuar na FAU-UnB. Em verdade, não necessariamente (ou unicamente) uma mudança, e sim uma retomada de algo que definiu as bases da estruturação do Programa de Pós-Graduação em seus primórdios – sem significar a anulação de algo que também mencionarei a seguir. Refiro-me à área do Planejamento Urbano e Regional, que será contemplado com uma

¹⁴ Aqui não posso me furtar de reproduzir uma observação precisa e absolutamente perspicaz que Miguel Pereira fez em sua conferência: “se um liberal no sentido político integral, tanto melhor, pois o perigo está no falso liberal, ou naquilo que é o neo-liberal”. Esta observação foi feita em relação ao Reitor da Universidade de Brasília no momento em que Pereira era o condutor do processo de reabertura e reconstrução da FAU-UnB, lá pelos idos de 1968. Ainda que muito específica, cabe nela uma certa generalização.

vaga entre as que foram distribuídos ao Departamento de Projeto. Falo em retomada, pois acompanha o importante movimento nacional pela (re)construção do planejamento como ação necessária na condução das políticas públicas, em especial, a política urbana. Constatação dessa retomada governamental está na atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional e na Política Nacional de Ordenamento Territorial em construção no Ministério da Integração Nacional. A inclusão de uma disciplina obrigatória de Planejamento Urbano e Regional no fluxograma do curso noturno da FAU-UnB é representativa do entendimento e reconhecimento da importância do tema por parte dos agentes diretamente envolvidos na elaboração deste “novo” curso.

Esta inclusão precisa, no entanto, ser considerada em suas especificidades e complexidades em relação ao que por vários anos caracterizou o campo disciplinar do Urbanismo na FAU: o Desenho Urbano e seus processos metodológicos e objetos de estudo. Uma análise unicamente ideologizada poderia defender (decretar?) o fim da área de estudos do âmbito do Desenho Urbano. A defesa que apresento não passa pela anulação de qualquer área de pesquisa, pautando a interpretação pela manutenção das diferenças também em relação às áreas de ensino e pesquisa. Também não é possível pensar na anulação de uma em relação a outro, simplesmente porque são áreas de estudo e ensino diferentes, não sendo o planejamento urbano um trabalho de “projeto em escala urbana”, assim como o Projeto de Urbanismo não é um Projeto de Arquitetura em “escala ampliada”. Planejamento Urbano é um trabalho estruturalmente associado às políticas públicas, passa pela obrigatória relação com outros campos disciplinares, trata das problemáticas relacionadas ao Direito Urbanístico, da Economia Urbana (ou como disse Paul Singer, da “Economia Política da Urbanização”), pelas articulações políticas para construção de cooperação intermunicipal, como que orientando todas as outras políticas públicas, sejam elas da saúde (por exemplo, orientando localização espacial de postos de saúde em função de demandas demográficas e etárias intra-urbanas), da educação, do turismo, do esporte, etc.

Planejamento Urbano não é Projeto, mas sua ação passa pela interlocução com o Projeto de Urbanismo, pelo Desenho Urbano, estas sim atividades específicas do profissional Arquiteto e Urbanista. Qualquer outro profissional que não o Arquiteto e Urbanista não está habilitado institucionalmente para desenvolver um trabalho de Desenho Urbano. Colocar em confronto o Desenho Urbano com o Planejamento Urbano, se feito e defendido, faz-se por desconhecer suas importantes diferenças. Cabe sim uma crítica se ela passar pelo que significou a diminuição (praticamente) integral do Planejamento Urbano na FAU, sobretudo em um curso que tem suas origens fortemente vinculadas à área. Cabe sim uma crítica, se pensarmos que a FAU-UnB tem

uma especificidade (em relação a TODOS as outras¹⁵) que passa pela sua locação espacial, qual seja, o Distrito Federal, sede do Governo Federal, e nada se tira partido para empreender convênios com os vários Ministérios e Institutos de Pesquisa que atuam na área do Planejamento Urbano-Regional (IPEA, BNDS, IBGE, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, ENAP, entre outros), por exemplo, para atividades de estágio para os alunos de graduação ou cooperação em pesquisa como estes órgãos para o embasamento das políticas públicas federais.

Cabem sim críticas acadêmicas de todas as procedências, seja a essa questão do Desenho Urbano e (ausência) do Planejamento Urbano, seja a qualquer outra, desde que formuladas (no) e direcionadas ao campo das idéias, ainda que totalmente divergentes e irreconciliáveis, mas mantidas neste campo. Mantida a crítica no campo das idéias, manteremos o debate, as divergências e convergências no âmbito acadêmico, que é o contexto de nossa atuação profissional. Não é possível pretender esgotar as divergências em relação aos encaminhamentos e ações disciplinares, pois elas representam a própria lógica dialética da construção do conhecimento em função das diversas posições políticas que perfazem a FAU, como colocado pela Profa. Ms. Rosana Clímaco em uma de suas intervenções no seminário.

O que não também não pode ser esgotado é o debate sobre os projetos políticos destas “posições”, pois o grande problema é justamente não consubstanciar cada uma dessas posições com projetos políticos efetivos, ainda que possamos e devamos discordar e contrapor nossos projetos aos outros projetos. O grande problema é a não existência de projetos políticos, ou o que é, talvez, muito pior, os “falsos projetos” como falsos liberais ou falsos socialistas. Antes um liberal convicto e ideologicamente centrado em um projeto efetivo e coerente politicamente com suas idéias, pois com ele é possível o diálogo ideológico (diferente daquela ideologização volátil) estruturado em bases consistentes. Repito, ainda que possamos e devamos (dependendo de nossas próprias concepções políticas) discordar deste projeto. Uma provocação: e por que não concordar? Discordar ou concordar é determinante e determinado do próprio contexto do jogo político (melhor ainda, dos “jogos do político”) em que se processa a construção histórica na qual estamos envolvidos, em nosso caso, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Discordar ou concordar, desde que enunciadas no (e pelo) campo das idéias, são as ações que possibilitarão estruturar o segundo ponto central dessa *compreensão geral*: as “novas relações profissionais” entre os docentes da FAU-UnB.

Sobre as “novas relações profissionais” apresento sucintamente o que foi fartamente enunciado durante os três dias do seminário: preservar o direito da diferença,

¹⁵ Na verdade não tem mais a exclusividade da predominância no Distrito Federal. Já existem vários outros cursos de Arquitetura e Urbanismo em instituições particulares, mas pela sua tradição e história é a que deve (ainda) assumir responsabilidades com a construção das políticas públicas nacionais. Nestas mesmas instituições já existem também pós-graduação em Urbanismo.

do contraditório, respeitando profissionalmente posicionamentos distintos, confrontando-os no campo das idéias. Passo agora para a segunda parte do texto: “pontos levantados”, que será apresentada esquematicamente, com breves – quando necessário ou do interesse em realizar – explicações.

2. *Pontos Levantados*: a FAU-UnB em (re)construção continuada

Apresentarei primeiramente o conjunto dos tópicos enunciados nas conferências e debates como proposições para a construção do PPP-FAU, seguindo, de certa forma, o próprio modelo de apresentação feita pelo Prof. Dr. Jaime Almeida, que em sua conferência apresenta também esquematicamente um conjunto de tópicos propositivos. Encerrarei essa parte com uma análise mais detalhada sobre outra questão complexa e delicada: a manutenção ou não dos Departamentos como estrutura administrativa, pedagógica e política da FAU.

Os principais e mais recorrentes pontos levantados pelo coletivo da FAU foram os seguintes:

- . necessidade de flexibilização da estrutura curricular;
- . flexibilização dos pré-requisitos em disciplinas, sobretudo nas disciplinas obrigatória seletivas;
- . estruturar o processo de produção do conhecimento e do ensino mediante criação de laboratórios (fortalecendo ainda mais os já existentes);
- . reestruturar o próprio espaço de trabalho mediante intervenção tecnológica de climatização, por exemplo, na sala dos docentes, que no caso da FAU está totalmente voltada para o lado do sol poente, prejudicando enormemente o trabalho em função da elevada temperatura em praticamente todo o ano, resultando também em excesso de iluminação decorrente dos planos de vidros que fazem o fechamento das salas. Neste mesmo tópico, e como sugestão do Professor Cláudio Queiroz, uma mudança na orientação dos usos coletivos no subsolo da FAU, descolando salas e laboratório para o lado poente, que inclusive conta (ainda que minimamente) com ventilação natural, transportando para o eixo do atual auditório da FAU todos os laboratórios de informática;

. importância de pensar estruturas disciplinares de formação cultural pela formação artística;

. pensar a redução (considerada necessária) da carga horária das atividades letivas, justificada na ampliação da formação sem que isso signifique a ampliação da carga horária;

. a (re)aproximação com outras áreas de formação, como o desenho industrial (como sugerido pelo Professor Jaime, pela incorporação entre os cursos internos da FAU e não como atualmente está na UnB, pelo Instituto de Artes);

. criação da estrutura da congregação, pela realização de assembleias conjuntas entre as estruturas da graduação e da pós-graduação;

Por fim o debate sobre os Departamentos na FAU-UnB. O entendimento é diverso, bastante divergente, com posições orientadas por argumentos que defendem o fim deles, assim como posições que defendem a manutenção de cada um. Não foi possível mapear o posicionamento de toda a comunidade, portanto, farei referências aos enunciados que consegui identificar mais precisamente. Em relação à defesa pelo fim dos departamentos, saliento a posição dos Professores Doutores Jaime Almeida e Antonio Carpintero. Na defesa da manutenção apresentarei a posição da Profa. Dra. Marta Romero e pela minha própria leitura sobre a questão.

No caso do Professor Jaime, como por ele apresentado nos tópicos propósitos que enunciou em sua conferência, a eliminação dos Departamentos deve passar pela criação das Coordenadorias, associadas à criação (como já mencionado anteriormente) da instância da Congregação. A posição do Professor Carpintero passa pela crítica que faz as visões parciais que a departamentalização produz, dificultando o entendimento geral do processo de ensino-pesquisa-extensão. Na conferência da Professora Marta Romero, que pautou seu argumento pela manutenção dos Departamentos, o eixo da defesa é o que considera a própria reconstrução da FAU em relação a dois caminhos por ela enunciado. Caminhos que passam, segundo seus argumentos, pelo eixo/papel do Ensino do Projeto por um eixo vertebral, em que o projeto é o estruturador-definidor das outras áreas de ensino que atuam gravitando em seu eixo; outro pelo eixo da incorporação, que se faz pela construção coletiva, em que as outras áreas de ensino atuam conjuntamente. No entendimento que tive da conferência realizada pela Professora Marta Romero, é este segundo eixo o que ela considera necessário para

promover, pela articulação entre as áreas de ensino, as articulações entre os Departamentos, mantendo assim a estrutura departamental. Aqui apresento minha concordância em relação ao referido argumento da Professora Marta Romero, enunciando também as especificidades do meu entendimento pela manutenção dos 3 Departamentos.

Primeiramente devemos considerar que a estrutura departamental não é uma deliberação da própria FAU, mas está na estrutura da própria Universidade de Brasília, orientando seu sistema de administração e gestão. Um segundo aspecto do meu argumento passa pela necessidade (caso a opção no PPP-FAU seja pela eliminação dos Departamentos) de pensar uma reforma política conjunta com essa reforma administrativa, sobretudo uma reforma política das instâncias de representação no âmbito na FAU. Condição que não justifica a eliminação das estruturas dos Departamentos (*a priori*) destituída de uma reforma política maior das instâncias de representação. Nesse sentido, meu entendimento passa pela criação da instância da Assembléia da FAU-UnB (como também sugerido pelo Professor Jaime Almeida), como uma Assembléia conjunta Direção, Graduação, Pós-Graduação, Departamentos, Servidores Docentes, Discentes, Servidores Administrativos.

Não desconsidero, por outro lado, a importância de manutenção de “reuniões setoriais”, que encaminhariam suas deliberações para a instância política da Assembléia da FAU. Também não quero transparecer eventual contraposição em relação à instância institucional do Conselho, mas apenas enunciar um entendimento que tenho sobre a consequência da fragmentação que chega até o Conselho. Chamo de consequência, pois uma ação que é resultante (e respaldará todas as decisões na FAU) das deliberações departamentais que chegam até ele (o Conselho), por serem deliberações de um conjunto administrativo-pedagógico (como enunciado por todos no Seminário) que não está em diálogo, que está fragmentado e fechado nas deliberações dos seus “problemas internos” – como se eventual problema do ensino, qualquer que seja a área, não fosse um problema do ensino-formação como um todo. Nesse contexto, o Conselho, se conforma por uma representação mínima (no sentido quantitativo) que não dialoga (ou não dialoga na dimensão que necessita), ou melhor, que não é produto dos diálogos conjuntos anteriores nas instâncias institucionais que o antecedem, por mais soberano que ele seja e por não necessitar desse debate preparatório - representando o risco da contínua fragmentação das deliberações (*a posteriori*). Reafirmo: não existe divergência

nenhum com o Conselho da FAU, apenas o entendimento de que pela fragmentação das ações Departamentais, ou seja, ações Intra-Departamentais apenas, todo o conjunto das discussões que chegam até o Conselho, chegam de forma desconectada.

Convém aqui uma consideração: fragmentação não é a mesma coisa que divergência. O pensamento divergente é o que possibilita uma construção legitimada coletivamente, que (re)orientará a construção da FAU pelo que chamei de pacto da diferença. A fragmentação inviabiliza justamente a construção, qualquer que seja o encaminhamento, o da convergência e o da divergência, por isso o receio da permanência dessa lógica na ação Departamental da FAU-UnB. É nesse sentido que entendo a existência Departamental se ela se constitui em ação conjunto, integrada, ainda que com suas peculiaridades e movimentos específicos.

3. *Algumas Proposições: um olhar em suas especificidades*

Nesta última parte do texto pretendo ser, como na segunda, bastante sucinto, sobretudo porque as proposições que vou apresentar estão totalmente ancoradas na minha forma de olhar, pautadas nas especificidades da minha formação e atuação profissional. Proposições que serão - como no próprio debate durante o Seminário na FAU - motivos de um debate divergente (o que é muito bom para o que venho chamando de construção pelo pacto da diferença) com outras formas de olhar, tão particulares em seus instintos como o olhar uma obra de arte, cujas especificidades e impressões não cabem em nenhuma unificação identitária.

Uma primeira proposição passa pelo anúncio da importância da discussão sobre a existência ou não do Mestrado Profissional. É notório o movimento governamental, seja na esfera federal ou nas estaduais, pela implementação de uma política de formação em pós-graduação que se diferencie da formação acadêmica. Essa formação “profissional” tem como eixo estruturador da formação (no meu entendimento) certa “demanda de mercado” que o configura, que orienta para o tipo de curso e formação determinada Instituição oferecerá.

Nesse contexto da formação profissional, pelo Mestrado Profissional, precisamos equacionar a própria estrutura docente da FAU-UnB hoje, pois fortemente pautada pela atuação chamada “Acadêmica”, cujo perfil pode não perfazer as exigências e especificidades da “pós-graduação profissional”. E quais são, se é que existem, tais

exigências e especificidades? Confesso que não sei como discorrer sobre isso, cabendo aqui um debate coletivo. Ainda nesse contexto, qual é o eixo de atuação dos docentes que ingressaram recentemente, assim como os que ingressarão a partir das 16 novas vagas, é uma pergunta que precisa ser considerada no equacionamento da questão do Mestrado Profissional. Apresento uma precaução que tenho, como que um cuidado sobre esta esfera de formação, no sentido de evitar a criação de um “novo eixo” de atuação que pode não ter relação com esses novos docentes. Seria o caso de direcionar atuação para este “novo mercado” na Pós-Graduação, pela (re)orientação dos novos docentes, assim como dos que já estão a mais tempo na FAU? Ou será que é possível a existência conjunta (com docentes cujo perfil é mais “profissional-profissionalizante” e outros “acadêmicos”), por consubstanciarem demandas distintas de formação e atuação, uma “Acadêmica” e outra “Profissional”? Uma indagação: a atuação “Acadêmica” não é uma atuação “Profissional”, ou seria o caso de nomear este “Profissional”, no caso do Mestrado Profissional, como do “Mercado”?

Em sendo, outra (ou nova) polêmica: como será a relação da Universidade Pública no processo de formação por este Mestrado Profissional que cobra, e cobra caro (basta uma simples avaliação dos chamados MBAs em Administração atualmente em vigor no país, no caso pela “chancela” FGV – obviamente que neste caso uma instituição particular), por esta formação? Como será o controle da gestão financeira desses cursos e recursos? A Universidade deve orientar recursos públicos para formatação de cursos cujas demandas passam pela regulação e necessidades do mercado? O assunto é complexo, complicado e (pode ser) contraditório, mas está colocado, inclusive como orientação das instâncias de fomento e financiamento da educação, atualmente pautadas pelo direcionamento maciço de recursos às pesquisas com relação direta com este mercado. E como ficam as Ciências Humanas, as Artes e as Ciências Sociais Aplicadas cujo trabalho não passa (até pode passar, dependendo da área de pesquisa, por exemplo, em ciências sociais aplicadas) pela regulação e orientação do mercado? Teremos que responder coletivamente a essas questões.

A segunda proposição (focada nos debates da Graduação) passa pelo que foi colocado durante o Seminário sobre a “cara” da FAU, sobre qual o “tipo” ou “eixo principal” de atuação do egresso em Arquitetura e Urbanismo da UnB. Foi uma explanação feita no sentido comparativo, em relação ao perfil que o Arquiteto e Urbanista tem, se mais focado no projeto de arquiteto, se mais para tecnologia da

construção, para a história da arquitetura e do urbanismo, da estética, do conforto ambiental, etc. No meu entendimento e, portanto, proposição, a “cara” da FAU é aquela que passa pela formação do Arquiteto e Urbanista em todas as suas complexidades e possibilidades, que são muitas. São também muitos os caminhos, dependendo do interesse, vocação, orientação profissional que o aluno construirá durante o curso, e principalmente depois de formado, quando orientará e reorientará sua trajetória profissional.

Explicito aqui uma particularidade da nossa formação: é uma das mais longas, que não acaba (não precisa acabar) com a aposentadoria jurídica, mas passa pela capacidade intelectual e mental de continuar pensando, interagindo e intervindo no ambiente construído. Intervenção que independe da área (para pautar aqui pelos nossos Departamentos), seja ela tecnologia, projeto ou história – sobretudo a história que deve ser entendida também como uma construção, como enunciado anteriormente, uma construção narrativa, mas uma construção. Basta lembrar, como apresentei durante o Seminário, uma dos ensinamentos do Prof. Cláudio Gomes da FAU-USP: “a História é o Projeto”. Nesse sentido, como proposição, não mais pautar o processo de formação separação entre projeto de arquitetura e projeto de urbanismo, com a atual e absoluta predominância do projeto de arquitetura.

Acredito que é preciso pensar um eixo em que os problemas da construção/edificação estejam articulados aos problemas da cidade, que não são simplesmente questões relacionadas com a escala da intervenção, mas de problematização das relações intra-urbanas e intermunicipais (e regionais) que as edificações orientam e são orientadas. Neste ponto e por estas questões, como também já enunciado e discutido, para (re)estabelecer a entrada – como garantida no fluxograma do curso noturno – do Planejamento Urbano e Regional como campo de formação do egresso em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, principalmente pelo que esse campo possibilita ao processo de atuação interdisciplinar (como apresentado na Conferência do Prof. Dr. Márcio Buzzon) em sua necessária articulação com outras formações, como a geografia, a economia, a sociologia, a engenharia, entre outros. Talvez o aspecto (que não seja o único) que “recolocará” a FAU-UnB em diálogo e cooperação com outras unidades de ensino e pesquisa da Universidade de Brasília (aspecto também propugnado por grande parte dos participantes do Seminário, particularmente na Conferência do Prof. Dr. Márcio Buzzar).

Por fim, as considerações que apresentei sobre o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, que entendo não se configurar no sentido *strictu* do conceito, como Programa. Como Programa deveria passar por uma articulação pedagógica acadêmica efetiva das Linhas de Pesquisa que atualmente não dialogam internamente, sobretudo pela não existência do que entendo ser uma “disciplina-eixo” de cada Linha, que promoveria uma articulação entre os pós-graduandos destas mesmas Linhas, colocando-os em debate. Pela não existência (reafirmo, no meu entendimento, conforme meu olhar) dessa disciplina-eixo, as disciplinas que estão vinculadas às Linhas perdem um eixo de conexão, pois se conformam isoladamente.

A atual disciplina Seminários em Arquitetura e Urbanismo (SAU) não consegue integralmente dialogar com as diversas áreas em suas especificidades. Não preconizo, entretanto, sua exclusão, muito pelo contrário, mas sua atuação mais genérica, como uma disciplina de “entrada” dos pós-graduandos, mas que tenha um eixo mais amplo, que aborde algo como teoria do conhecimento. O debate que se faz atualmente em SAU dos projetos de pesquisa e encaminhamentos da pesquisas passaria, portanto, não mais por essa disciplina de “entrada”, mas por uma estrutura disciplinar aqui definida como “Encontros de Linhas de Pesquisa”, com programa/conteúdo preparado conforme as especificidades de cada Linha do PPG-FAU, em atividades que reuniriam dois ou mais professores de cada Linha, que se alternariam conforme o semestre em decorrência dos próprios trabalhos que no referido ano fora aprovado.

Esse debate sobre os projetos de pesquisas focados em suas especificidades de Linha de Pesquisa é feito, ainda que indiretamente (quero dizer não institucionalizado como atividade de Linha de Pesquisa como estou propondo), pela Profa. Dra. Sylvia Ficher. O que proponho é a institucionalização desse procedimento para todas as Linhas, para que não fique restrito ao trabalho de um ou outro docente, mas como um procedimento de Programa, conjunto, articulado, como deve ser um Programa de Pós-Graduação em suas Linhas de Pesquisa conectadas pela grande área Arquitetura e Urbanismo – como atualmente configurado. Aí sim, as disciplinas, hoje muito mais delineadas pela identificação a cada docente, como que uma “nominção”, podem produzir um trabalho que é entendido com Programa de Pós-Graduação, e não como disciplina (de certa forma) isoladas.

Para definitivamente encerrar meus argumentos, considerações e proposições, reafirmo aquilo que foi enunciado no próprio título do artigo para pensar o PPP-FAU-UnB: este pensamento deve estar pautado obrigatoriamente por uma (contínua) construção pela diversidade de olhares. Como todos que participaram dos intensos, polêmicos e densos debates ocorridos no “Seminário Pacto Coletivo: O Ensino da Arquitetura e Urbanismo na UnB”, acredito, quero acreditar que representaram e representará um marco de inflexão na história da FAU, sobretudo pela característica mais importante deste seminário, que foi a diversidade dos olhares, o respeito pelas diferenças e divergências, pois pautadas no campo das idéias, que é campo de nossa atuação profissional.

Referências Bibliográficas

- FALCON, F. *História das Idéias*. In: *Os domínios da história – ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (orgs). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VEYNE, P. M. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- VEYNE, P. M. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- RAGO, M. *Libertar a História*. In: *Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzschianas* / RAGO, M.; ORLANDI, Luiz B. L. ; VEIGA-NETO, A. (orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.